

## O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA UTFPR

## EL PROGRAMA DE APOYO A LA REESTRUCTURACIÓN DE LAS UNIVERSIDADES FEDERALES Y SU IMPLEMENTACIÓN EN UTFPR

## THE PROGRAM OF SUPPORTING FOR REESTRUCTURING AND EXPANSION PLANS OF FEDERAL UNIVERSITIES AND ITS IMPLEMENTATION AT UTFPR

Edevania Trevizan<sup>1</sup>  
Henrique Tahan Novaes<sup>2</sup>

**Resumo:** O REUNI, lançado em 2007, preconiza uma reconfiguração das universidades públicas federais que tem trazido “impactos” significativos no campo do ensino, pesquisa, extensão e gestão. Este artigo analisa os desdobramentos da proposta do REUNI, na UTFPR. Os resultados foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e análise dos documentos produzidos para a adesão e implantação do REUNI. Verificou-se que a ampliação da estrutura física, a criação de novos cursos, a contratação de docentes, a expansão do mestrado e doutorado e a flexibilização curricular transcorreram conforme o previsto, entretanto, a relação aluno professor pactuada no acordo de metas e que resultaria em um processo de precarização docente, não foi atingida, pois o número de alunos ficou abaixo do esperado, por conta dos altos índices de evasão registrados.

**Palavras – chave:** Educação e Estado, Política educacional, Reforma universitária, REUNI, UTFPR

**Resumen:** El REUNI, iniciado en 2007, indica una reconfiguración de las universidades públicas federales ha producido "efectos" significativos en la docencia, investigación, extensión y gestión. Este trabajo analiza las consecuencias de la propuesta del REUNI en la UTFPR. Hicimos investigación bibliográfica y revisión de los documentos presentados por la aceptación e implementación del REUNI. Se comprobó que la expansión de la infraestructura, la apertura de nuevos cursos, la contratación de profesores, la expansión de maestría y doctorado y la flexibilidad curricular ocurrió como estaba previsto, sin embargo, la relación profesor estudiante establecida en el acuerdo com una possible carga horaria de trabajo major para el professor, no se cumplió, porque el número de estudiantes fue menor de lo esperado, debido a las altas tasas de deserción escolar registradas.

**Palabras clave:** Educación y Estado, Política del educación, Reforma universitária, REUNI, UTFPR

**Abstract:** The REUNI, launched in 2007, indicate for a reconfiguration of the federal universities has brought significant "impact" in teaching, research, extension and management. This article analyzes the consequences of the proposal of REUNI at UTFPR. The results were obtained through literature search and analyze of documents produced for the acceptance and implementation of the REUNI. It was verified that the expansion of the infrastructure, the opening of new courses, hiring teachers, the expansion of master degree and doctorate and curricular flexibility occurred as planned. However, the student teacher ratio agreed in the agreement of targets that would result in a increased workload of teachers, was not achieved, because the number of students was lower than expected, because of high dropout rates recorded.

**Keywords:** Education and state, Educational policy, University reform, REUNI, UTFPR

### *Introdução*

O presente artigo analisa o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e suas particularidades na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Na primeira seção desenvolvemos um breve retrospecto do REUNI procurando trazer alguns

elementos dessa trajetória desvelando a retórica dos discursos e documentos oficiais que proclamam a retomada do crescimento do ensino superior público, sem a necessária contrapartida orçamentária, comprometendo, desse modo, a qualidade das funções que a universidade deve desempenhar, precarizando o trabalho docente e ampliando a heteronomia universitária.

Na segunda seção – observamos as particularidades do REUNI na UTFPR, bem como os indicadores pactuados entre a universidade e o MEC, avaliamos a questão dos cursos implantados, a relação entre o número de alunos e contratação de docentes e as ampliações na infraestrutura. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

### *O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*

Os anos de 1970 e 1980 podem ser caracterizados como um período de reestruturação econômica e de ajustes sociais e políticos. O Estado se afasta da regulação da economia deixando para o mercado essa função. As grandes corporações se financeirizaram e há o estreitamento das esferas públicas com o estabelecimento de Parcerias Público Privadas (PPPs). “E, num aparente clima democrático, [há a] descentralização, quando de fato, o núcleo central do Estado gestor já definiu as políticas públicas para o social sob a orientação do econômico: trata-se da descentralização do que já estava definido mercantil e centralizadamente.” (SILVA JUNIOR, 2002, p.35).

Além das PPPs, o pacote da contrarreforma do Estado sugere propostas de ajuste fiscal, privatização, desregulamentação do setor financeiro, liberação do comércio, incentivo ao investimento externo e aumento do desempenho dos servidores públicos através de fórmulas de gestão privadas. Para Silva Jr. e Catani, no regime de acumulação com predominância financeira:

[...] o capital monetário parece adquirir autonomia absoluta em relação à produção real do valor (primeiro ciclo de movimentação do capital). Trata-se do ápice do fetichismo da mercadoria capital. Este arranjo leva a mudanças reais no processo de trabalho, na indústria e na educação, impondo à sociedade a matriz teórica, política e ideológica neoliberal, com seu corolário referente à necessária reforma do aparelho de Estado. (SILVA JUNIOR; CATANI, 2013, p. 12).

Nessa conjuntura põe-se a necessidade por parte do capital da contrarreforma do Estado e conseqüentemente da educação. No Brasil, principalmente a partir da década 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, teve início uma reforma nos sistemas educacionais estatais visando se adequar as novas formas de gestão com o controle de gastos. As universidades federais foram submetidas ao novo paradigma da administração gerencial, orientada por princípios de “eficiência”, “produtividade” e “racionalização” dos recursos.

Para Oliveira (2013) as reformas educacionais que ocorreram a partir de 1980, desenvolveram-se em um cenário de transformações constituindo-se em expressões de contextos históricos nacionais e internacionais refletindo inter-relação de fatores econômicos, políticos, sociais, ideológicos e culturais. Os sistemas de educação superior vêm passando por modificações nas políticas de financiamento, avaliação,

padrões de qualidade, formação, pesquisa, pós-graduação, prestação de contas e gestão das Instituições de Ensino Superior (IES).

Para Lima (2007) e Minto (2014) a reformulação da educação superior está inserida em um processo mais amplo do reordenamento do Estado capitalista considerado uma etapa fundamental para o enfrentamento da crise estrutural do capital, consistindo em um processo que vem demonstrando continuidade num cenário de uma longa contrarreforma da política educacional.

A efetivação da gestão gerencial na administração das universidades federais viabilizada pela “racionalização” dos recursos e pelo aumento da produtividade acadêmica modifica significativamente as dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Esse processo altera paulatinamente a natureza, a organização e a gestão dessas instituições. Aproximando cada vez mais as instituições educativas estatais à lógica do mercado por meio do aumento da produção, da competição, da ênfase nos resultados e na prestação de contas.

Nessa fase, apesar de um discurso com forte apelo a modernização da educação, sempre considerando uma visão utilitarista, foram feitos diversos cortes nas políticas sociais, afetando diretamente o setor educacional. Esses cortes foram justificados pela necessária contrarreforma do Estado e pela mudança de paradigma da administração pública.

Ao mesmo tempo, foram criadas ou ampliadas as condições gerais de reprodução das corporações educacionais, principalmente através do PROUNI. Nesse sentido, as políticas elaboradas para o setor educacional “combinam um discurso que reconhece a importância da educação com a redução dos investimentos na área e apelos à iniciativa privada e organizações não governamentais”. (SAVIANI, 2011, p. 262).

As mudanças na forma de organização do sistema capitalista, bem como o grande desenvolvimento da ciência e da tecnologia afetaram diretamente os processos de formação na educação superior. Estes passaram a incorporar as demandas do setor produtivo nos seus processos de ensino, bem como, na produção científica. “Assim é possível compreender, sempre considerando a autonomia relativa da atual forma histórica de reprodução social da vida humana, a racionalidade do movimento social, que se faz presente nas reformas do Estado e da educação” (SILVA JUNIOR, 2002, p.90).

Nesse sentido, Oliveira (2000) afirma que as políticas de diferenciação e diversificação da educação superior se baseiam em cinco pressupostos do neoliberalismo: o incentivo a concorrência e o atendimento às diferentes demandas e clientelas; naturalização das diferenças individuais com a instituição de um sistema de ensino meritocrático; maior subordinação do ensino ao mercado; valorização da forma de funcionamento em detrimento da função social e valorização da função do Estado enquanto avaliador e regulador do sistema de ensino.<sup>3</sup>

Nesse contexto, é conferida à educação superior o papel de atender às demandas do setor produtivo, como uma opção técnica de preparação para o mercado de trabalho. Fortalecendo no ensino superior “um processo mais concorrencial no qual prevalecem a identificação e a produção de elementos acadêmicos que afirmem ou reconfigurem o perfil de excelência de cada instituição.” (Ibid, p. 167).

Com base nessas considerações entende-se que o REUNI é o resultado de ações desenvolvidas a partir de 1990 que viabilizaram o projeto de reestruturação universitária, visando “maximizar” a educação por resultados através do controle de gastos e a introdução de mecanismos centrados na busca de “eficácia”, “eficácia”, “produtividade” e “racionalização” dos recursos.

O REUNI foi instituído pelo decreto número 6.096/2007, complementado pelo documento elaborado pelo Grupo Assessor intitulado: Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais e efetivado pelo acordo de metas que cada universidade federal assinou com o Ministério da Educação. Nas declarações do MEC, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior no âmbito das universidades federais.

Para que fosse efetivado o acordo as universidades federais assinaram junto ao MEC um conjunto de metas, se comprometendo na melhoria dos índices de aprovação, na abertura de cursos noturnos e de cursos de licenciatura. A liberação das verbas para as instituições públicas estaria vinculada ao cumprimento desse acordo, induzindo as universidades a participarem do REUNI elaborando o seu plano de metas. Para Chaves e Mendes (2009) essa forma de pactuação segue a “lógica gerencial da transformação da gestão pública na lógica empresarial/gerencial da administração por resultados” (Ibid. p.9) especialmente quando vincula o repasse de recursos ao cumprimento das metas e prazos estabelecidos. Além disso, o Decreto 6.096/2007, limita a efetividade do programa à previsão orçamentária do MEC

De acordo com as autoras, trata-se de um modelo de gestão inspirado na atividade empresarial, que intenciona a transferência da administração para uma “estrutura tecno-gestionária” (Ibid. p.7), no qual o Estado é o parceiro que estabelece contratos de gestão com as universidades, através dos acordos de metas. Na mesma linha, para Araújo e Pinheiro (2010) “algumas ideias tornam-se consensuais: flexibilidade gerencial, visão do cidadão como cliente, introdução de mecanismos de competição de mercado, externalização de atividades, foco na mudança de procedimentos e processos, arranjos organizacionais mais flexíveis.” (Ibid. p. 654).

O artigo 1º do decreto do REUNI estabelece como objetivos a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, dessa forma, o decreto institucionaliza os critérios de produtividade e eficiência aos objetivos de uma instituição voltada para a produção e socialização da experiência cultural e científica da humanidade.

No mesmo sentido, o artigo 2º que prevê a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e diversificação das modalidades de graduação, também ilustra essa questão. Assim, “o conjunto de condições é um meio de estimular a competição e a concorrência entre as universidades. Podemos inferir que se trata de uma competição de regularidade e de busca de identidade ao modelo sugerido pelo MEC.” (BORGES e AQUINO, 2012, p.132).

De acordo com Frigotto (2011) esse processo vem transformando a universidade pública em instituição social prestadora de serviços ligada ao mercado. Ao relegar a sua referência à esfera pública e se

direcionar ao mercado, “a universidade perde sua autonomia intelectual, institucional e financeira. Por isso, a sua produção passa a ser medida ou avaliada em função dos critérios produtivistas do mercado.” (Ibid, p.250).

O REUNI não se limita a uma política de expansão da oferta de vagas nas universidades públicas, é um processo que pretende reconfigurar a universidade pública, tanto na gestão e otimização dos recursos quanto no quesito pedagógico, com reformulação curricular e aumento do trabalho do professor, em carga horária e em número de alunos em sala de aula.

Dentre as diretrizes do programa destaca-se: o redesenho curricular dos cursos de graduação que preconiza a flexibilização curricular, a interdisciplinaridade e a diversificação das modalidades de graduação. Estas mudanças são necessárias para a nova fase do capitalismo financeirizado, o que nos permite classificar o REUNI como um braço da Reforma de Bolonha, paradigma do nosso capitalismo dependente e imitativo.

O REUNI não se apresenta como um simples projeto de expansão do acesso e otimização nos índices de aprovação dos cursos de graduação da Universidade: ele estabelece uma nova etapa da lógica de gestão gerencial e de ensino, influenciando de modo decisivo, na identidade institucional, em que a “excelência acadêmica” se configura como elemento *sine qua non* para sobrevivência da Universidade em face dos desafios do século XXI. (ARAÚJO, 2011, p.71).

A universidade pública passa a ter a função de cumpridora do acordo de metas e passa a se justificar para o atendimento as demandas do mercado e das empresas. O projeto de reestruturação e expansão das universidades públicas acaba assim, por precarizar o trabalho educativo, justificado pela demanda do mercado.

Para Mancebo (2010) as categorias – empresariamento, privatização, mercantilização, produtividade, heteronomia institucional e profissional, competitividade, conformismo – são conceitos que tornam a gestão das universidades cada vez mais parecidas com a de uma empresa, perdendo o seu caráter de instituição da sociedade voltada para a formação e para a produção do conhecimento. Nesse sentido,

A definição de políticas educacionais no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, comprometem as condições efetivas do ensino e da pesquisa na produção acadêmica. Pois, instauram um clima propício à desagregação do ambiente acadêmico, promovendo o individualismo e descaracterizando as funções de docentes e de pesquisadores. Transformando os professores universitários em agentes da oferta de serviços a preços de mercado, em detrimento da produção da pesquisa e do conhecimento. (MORAES, 2003, p.155).

Para o trabalhador docente do ensino superior, as políticas educacionais têm trazido mudanças substanciais no que tange a sua natureza e organização. A intensificação do trabalho docente ocorre pelo aumento direto da relação professor-aluno e pela carga extraclasse que esse aumento provoca, mais alunos, mais trabalhos a corrigir, mais pareceres para elaborar, mais orientações. (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2009; GREGÓRIO, 2011).

Nesse sentido, a redefinição das atribuições no trabalho do professor se soma a divisão estabelecida pela contratação de professores substitutos, com salários mais baixos e com vínculo

transitório com a universidade. Em decorrência desse vínculo, não podem desenvolver pesquisas ou coordenar projetos. Esses fatores acabam por promover, também, a desarticulação da carreira docente.

O aumento gradativo da relação professor/aluno na graduação - em 1988 era de 7,1, em 1998 de 9, e em 2006 chegou a 10,8 - reflete a intensificação do trabalho docente, e indica uma redefinição da relação entre docentes e discentes no cotidiano das universidades. O que se observa são turmas que crescem a cada ano, sobrecarregando os docentes no atendimento e na orientação de discentes. Ainda, pode-se afirmar que os números não mostram com clareza o alcance de tais mudanças. Se a contratação de substitutos objetiva cobrir parte da demanda das aulas, todo o restante, permanece como atividade dos efetivos: aulas na pós-graduação *stricto sensu*, orientações, representações etc. A relação professor/aluno apresentada, portanto, é apenas uma parte do problema da intensificação do trabalho docente. (LEHER, LOPES, 2008, p. 89).

A precarização do trabalho docente não se limita a previsão de aumento da relação professor/aluno. O trabalho do professor passa a ser medido ou avaliado em função dos critérios produtivistas do mercado. Para Mancebo (2007) os processos que flexibilizam o trabalho do professor, têm se feito presente e com grande intensidade, impondo uma nova lógica às rotinas acadêmicas operando a partir das competências e dos resultados do trabalho.

Esse processo tem consequências nefastas também aos docentes das universidades públicas. Crescentemente lhe são exigidos maior produtividade (expressa em maior número de turmas de graduação e pós-graduação, publicação de artigos e livros, orientações, entre outras questões) e, paralelamente, aviltam-se as condições de trabalho e salários. (GUIMARÃES, MONTE e FARIAS, 2014, p. 408).

O trabalho docente com atividades e exigências diversas, torna-se precarizado e flexível. O fazer docente se traduz em difusão do tempo e do espaço com a necessidade de flexibilização das tarefas. Se institui uma nova relação com o tempo de trabalho, além da necessidade de intensa produção acadêmica, gerando maior tempo dedicado ao trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento das tecnologias da informação que facilitam algumas funções do professor, também o fazem perder a noção de tempo e local de trabalho levando-o a interagir com pares e alunos a qualquer hora e em qualquer lugar.

Para Mancebo (2007) as instituições educativas de educação superior sempre contribuíram para a consolidação do capitalismo, legitimando suas práticas e fornecendo conhecimentos e tecnologias para a ampliação do capital. No entanto, “quando a capacidade de inventar se converte em valor crucial da concorrência capitalista, as instituições de ensino, especialmente as de ensino superior, passam a ser atravessadas por novos componentes. A própria produção científica transforma-se em força produtiva” (Ibid. p.76)

A precarização do trabalho docente é reflexo das transformações na sociedade capitalista, nas quais “a flexibilidade, a mobilidade e a agilidade são a tônica de experiências diversas, que têm como pano de fundo o fim do horário regular de trabalho, o uso crescente do trabalhador em tempo parcial, temporário ou subcontratado e uma requisição contínua de novos atributos” (MANCEBO; LOPES, 2004 apud MANCEBO, 2007, p.75). De fato, a precarização do trabalho docente se agrava em virtude da diversificação de demandas gerando um “produtivismo que o afasta do centro do seu trabalho - a leitura, a busca do conhecimento, a produção intelectual, a pesquisa e a aula.” (SILVA, 2009, p. 119)

Nesse contexto, para Chaves e Mendes (2009) o programa de reestruturação das Universidades Federais visa a racionalização dos recursos com a ampliação da lógica gerencial. Com vistas a um novo

modelo de organização e gestão das universidades via contratos de gestão ajustando as instituições universitárias a lógica produtivista e a mercantilização de bens e serviços acadêmicos.

### *As particularidades do REUNI na UTFPR*

A trajetória da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR teve início com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em várias capitais do país, sendo inaugurada em 16 de janeiro de 1910, nos primórdios da industrialização brasileira. Passando por várias alterações ao longo de sua história, mas sempre mantendo seu foco no ensino tecnológico.

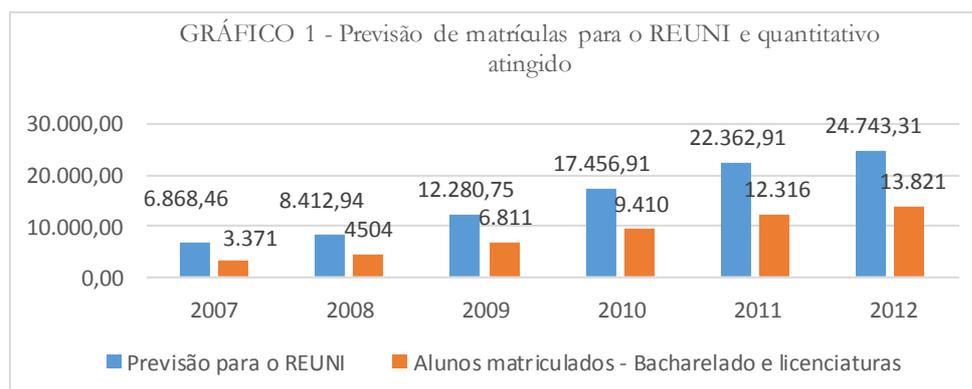
Em 1978, no contexto do Brasil “Grande Potência” e suas demandas educacionais, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) e em 2005, no contexto da reversão neocolonial, o CEFET-PR tornou-se universidade pela Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, passando a se chamar Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Desde sua trajetória como antigo CEFET, a instituição sempre priorizou a conexão com a formação para o mercado de trabalho. Esse estreito vínculo da universidade com o setor produtivo é enaltecido no documento de adesão ao REUNI. Manifestando uma preocupação da universidade com forte viés para uma “formação empreendedora” dos estudantes.

A UTFPR aderiu ao REUNI através do acordo de metas 52 assinado em março de 2008. Antes da adesão ao REUNI a universidade ofertava 23 bacharelados e um (1) curso de licenciatura possuindo 3.371 alunos e 322 discentes inscritos em cinco (5) programas de mestrado e 54 estudantes em um (1) programa de doutorado. Na adesão ao REUNI não foram contabilizados os demais cursos ofertados pela UTFPR, de educação profissional técnica de nível médio (21 cursos técnicos) com 2.483 estudantes matriculados e os cursos superiores de tecnologia (42 cursos) com 9.088 matriculados. Repare-se que esta instituição passou por uma dupla transformação num pequeno intervalo de tempo, pois o seu salto como UTFPR em 2005 e adesão ao REUNI em 2008.

Na proposta de adesão ao REUNI a UTFPR planejou superar os 24 cursos de graduação ofertados em 2007, nas modalidades de bacharelado e licenciatura, para um total de 56 cursos, em 2013, atingindo 24.743 alunos matriculados. Intencionando alcançar esse quantitativo a universidade uniformizou as vagas em todos os cursos de graduação, a partir de 2010, para 44 vagas semestrais e implantou de forma progressiva a partir de 2008, vinte e sete novos bacharelados e 11 cursos de licenciatura.

Apesar das ações empreendidas para alcançar o número de alunos previsto no acordo de metas, esses dados não foram atingidos. A tabela abaixo apresenta, segundo dados dos relatórios de gestão da UTFPR (2007, 2008, 2009, 2010, 2012), a relação de alunos matriculados, nos cursos que foram planejados para o REUNI.



Fonte: Relatórios de Gestão UTFPR 2007-2012

A expansão prevista para a UTFPR no acordo de metas foi bastante ambiciosa, pois em menos de cinco (5) anos a universidade pretendia dobrar o número de cursos e triplicar o número de alunos. Mas, como podemos verificar nos dados dos relatórios de gestão da universidade de 2007 a 2012 essa previsão não se efetivou. Os dados alcançados na implementação acadêmica do REUNI na UTFPR, em relação aos alunos matriculados e aos alunos diplomados se apresenta abaixo do pactuado, o que em alguma medida se diferencia do processo de precarização assinalado na seção anterior.

Em relação a criação de novos cursos de graduação presencial o pactuado não só foi atingido como foi superado. Foram progressivamente implantados 51 cursos de bacharelados e 12 cursos de licenciaturas, totalizando 63 cursos de graduação. Dessa forma, percebe-se que nos cinco (5) anos do REUNI a UTFPR procurou se consolidar como universidade superando o número de cursos inicialmente previstos, configurando uma ampliação de 150% nesse quesito, ampliando o número de vagas oferecidas em aproximadamente 360%. Apesar da abertura de cursos ter superado o previsto a questão relativa aos alunos matriculados não foi alcançada.

Com o número de alunos matriculados abaixo do pactuado a universidade também não atingiu o número de alunos diplomados. Durante a vigência do REUNI a instituição deveria diplomar 4.398 alunos, porém esse número atingiu somente 2.092 alunos, ou seja, não chegou à metade do que foi pactuado, ficando muito aquém dos resultados esperados.

Em relação a pós-graduação *stricto sensu*, a UTFPR priorizou esforços para sua consolidação, expandindo consideravelmente o número de vagas e cursos durante a vigência do acordo de metas do REUNI. Na proposta de adesão ao REUNI foram previstos para 2012 a efetivação de 15 cursos de mestrado totalizando 593 alunos e dois (2) cursos de doutorado com um total de 55 alunos.

Ao final de 2012 a UTFPR consolidou a oferta de 25 cursos de mestrado, sendo 17 mestrados acadêmicos e oito (8) mestrados profissionais, com 804 alunos e cinco (5) cursos de doutorado com 153 alunos. Dessa forma, podemos perceber que embora seja uma expansão expressiva, novamente a relação de alunos nos cursos de mestrado não acompanhou a evolução dos cursos. Para o mestrado eram previstos aproximadamente 39 alunos por curso efetivando-se a quantidade aproximada de 32 alunos por curso, assim, enquanto que o número de cursos cresceu 316% o número de alunos aumentou 149%. No doutorado houve um crescimento de 150% nos cursos e 183% no número de alunos.

No discurso da UTFPR, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* tem por objetivo a formação de recursos humanos especializados que contribuam para o “desenvolvimento regional”. Essa noção de que a educação pode impulsionar o desenvolvimento econômico, se “embasa numa compreensão de desenvolvimento tomado como sinônimo de crescimento econômico e dentro de uma perspectiva linear onde não são consideradas as relações de poder e nem os limites do meio ambiente.” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.5).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) as questões de capacidade para a empregabilidade são naturalizadas e passam a incorporar a noção de competência na educação com objetivos de integrá-la aos desafios do mercado de trabalho. Se expressando com “vocábulo como qualidade total, sociedade do conhecimento, educar por competência e para a competitividade, empregabilidade, cidadão ou trabalhador produtivo” (Ibid. p.48) materializam as novas demandas do setor produtivo.

Se é possível afirmar que está havendo uma nova onda de adequação das universidades federais às demandas das corporações financeirizadas, não deixa de ser curioso observar que em função das particularidades do nosso capitalismo: dependência tecnológica, associação a grandes corporações transnacionais, padrões de consumo miméticos e perdulários, etc. diversos estudos têm mostrado que a oferta de mestres e doutores não têm correspondido a demanda por parte das empresas. Basicamente porque estas corporações não necessitam destes mestres e doutores, a tecnociência é produzida nos seus Centros de Pesquisa & Desenvolvimento (DAGNINO, 2014; NOVAES, 2012).

Quanto a expansão no quadro de professores, verificou-se que o quadro geral de servidores da Universidade em 2007 era composto por 975 docentes efetivos e 167 substitutos da carreira de 1º e 2º graus, 236 professores efetivos e 48 substitutos da carreira de ensino superior. Tendo como objetivo alcançar as metas do REUNI a proposta de adesão da UTFPR almejou a contratação de 679 docentes em regime de dedicação exclusiva.

Dessa forma a instituição não pretendia apenas atingir a relação aluno/professor (RAP) prevista no decreto 6.096/2007, mas superar essa meta e atingir uma RAP de 28 alunos por professor. De acordo com o documento em 2007 a relação aluno professor na UTFPR era de 14. “Com base nessa expansão, em 2012, o indicador de Matrícula Projetada (MAT) será de 24.743,31, considerando que a Universidade terá no índice de Corpo Docente Ajustado o quantitativo de 863,24, a relação de estudante de graduação por professor (RAP) será de 28,66”. (UTFPR, 2007a, p.96).

De acordo com os relatórios de gestão (2007-2012) foram contratados durante a vigência do programa 660 professores do ensino superior e 88 professores do ensino básico e tecnológico. Dessa forma, verifica-se que o total de professores efetivos superou o previsto em pouco mais de 60 professores. Nota-se que para efetivar a RAP proposta de 28,66 só foram considerados as contratações de professores do Ensino Superior, não computando os professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), porém essa divisão na prática não ocorre, sendo comum professores da carreira EBTT ministrando aulas nos cursos de bacharelados e licenciatura.

A RAP prevista para o REUNI não foi efetivada, pois o número de alunos não atingiu o pactuado. Dessa forma, verifica-se que enquanto o quantitativo total de alunos na UTFPR aumentou 53%, o quantitativo de docentes teve um aumento de 62%.

A dificuldade encontrada pela universidade em atingir o número de alunos pactuados decorre do elevado índice de desistência. Esse índice ocorre em parte, porque ainda no primeiro ano do curso muitos alunos optam por realizar novamente a seleção do SISU conseguindo vaga em universidade mais próxima de sua residência, abandonando o curso que realizavam anteriormente. Além disso, a taxa de reaproveitamento das vagas ociosas configura-se baixa na UTFPR, mas esse número está crescendo a cada ano. Em 2009, no primeiro ano em que foi aberto o edital de reaproveitamento de vagas, a taxa de reaproveitamento representou um percentual de 12% das vagas disponibilizadas e em 2012 atingiu 50% das vagas disponibilizadas.

Em relação a expansão da estrutura física, verificamos que na proposta de adesão ao REUNI foram previstas obras para todos os câmpus da UTFPR, com o objetivo de atender as demandas dos cursos existentes, bem como a abertura dos novos cursos e também para ampliação dos espaços destinados aos setores administrativos. Na alocação dos recursos de investimentos, todos os câmpus foram contemplados com novas construções, ampliações e reformas e para a aquisição da infraestrutura administrativa e acadêmica como: equipamentos, materiais permanentes, *softwares* e acervo bibliográfico.

Foram previstos na proposta de adesão ao REUNI uma ampliação de 52.905 m<sup>2</sup> em espaço construído. Em 2007 a UTFPR apresentava 212.779,85 metros quadrados construídos e, em 2012 o total de área coberta construída atingiu 287.740,04 metros quadrados, representando um total de 74.961 m<sup>2</sup> de área construída. Os dados extraídos dos Relatórios de Gestão (2007-2012) apontam um crescimento em metros quadrados da área construída de 35,37%. A área destinada a salas de aula praticamente dobrou em 2007 a universidade possuía 17.684,55m<sup>2</sup> reservados para salas de aula e em 2012 a universidade são 29.061,48 m<sup>2</sup>, bem como a quantidade de metros construídos destinados a laboratórios teve um aumento significativo.

Dessa forma, apreende-se que a expansão física na UTFPR superou o previsto na proposta de adesão ao REUNI. Aqui cabe destacar outra particularidade do REUNI na UTFPR. Ao contrário da tendência geral de degradação da estrutura física das Universidades Públicas, a UTFPR expandiu seus equipamentos com razoável qualidade.

Em relação à estrutura curricular na proposta do REUNI a flexibilização curricular deveria ocorrer no sentido de: a) revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade, reorganização dos cursos de graduação, b) diversificação das modalidades de graduação, c) implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos. Incentivando uma ampla reestruturação pedagógica, com vistas a reformulação das diretrizes curriculares, os regulamentos acadêmicos e os projetos pedagógicos dos cursos tendo como base a pedagogia das competências.

Na UTFPR, a flexibilização curricular foi realizada no âmbito do projeto pedagógico de cada curso. Passando a ser um item obrigatório nos mesmos. Sendo perceptível que o processo de

flexibilização adotado pela UTFPR, ocorre no sentido de aumentar a oferta de disciplinas optativas dos cursos.

O currículo deve incorporar elementos que facilitem a flexibilização de práticas de ensino e aprendizagem e de conteúdo. Uma forma de flexibilização ocorre pelo oferecimento de disciplinas optativas, que permitem um vínculo mais efetivo com inovações tecnológicas, por exemplo. Isso é necessário pelo constante avanço da tecnologia nas áreas do curso. (UTFPR, 2012a, p.40).

Basicamente a flexibilização das estruturas curriculares, ocorreu através da redução do número de pré-requisitos, sendo mantidos somente os pré-requisitos considerados imprescindíveis ao bom rendimento escolar, redução de disciplinas obrigatórias e o aumento do número de disciplinas optativas, bem como do uso das tecnologias educacionais, disponibilizando carga horária semipresencial nos cursos presenciais. Dessa forma, “o aluno deve ser corresponsável pela sua própria formação, participando de atividades propostas pelo curso como grupos de estudo e projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo proativo em seus estudos.” (Ibid. p.41).

Para Severino (2009) a “flexibilização curricular” faz parte de uma resignificação do ensino superior que aumenta a responsabilização do indivíduo sobre sua formação, cabendo ao aluno além da escolha de disciplinas que viabilizem sua formação uma maior responsabilidade sobre o seu sucesso ou insucesso nos cursos de graduação.

Ramos (2001) observou a entrada da pedagogia das competências em todos os ramos do sistema educacional, tendo como propósito produzir atitudes, habilidades e conhecimentos necessários a acumulação flexível. É aqui que entra o debate do neo-tecnicismo que desdobra ensino interdisciplinar, ensino orientado por problema, maior utilidade do conhecimento para a produção de “inovações” e tudo mais. É claro que num país com metade da força de trabalho na informalidade, num país que exporta soja, milho, minério de ferro, carne de porco, frango e gado, a pedagogia das competências tem uma função muito mais ideológica e formal do que real. Mesmo assim, a flexibilização curricular entra com força na agenda universitária.

### *Considerações finais*

A contrarreforma da educação brasileira tem significado adesão aos critérios de “racionalidade”, “eficiência”, “flexibilidade” e “valorização”. Esse processo vem modificando sistematicamente a identidade das universidades que passam a atuar em um referencial cada vez mais economicista e gerencialista. Materializando a construção de universidade pautada por resultados e com maior articulação entre os sistemas educativos estatais e as corporações transnacionais. Dessa forma, a universidade deve ser “flexível”, “empreendedora” e “inovadora”, garantindo a “empregabilidade” e desenvolvendo pesquisas voltadas ao “desenvolvimento econômico” e a “inovação”.

Essas alterações objetivam naturalizar as diferenças individuais, instituindo um sistema meritocrático responsabilizando os indivíduos pela sua formação, principalmente ao introduzir sistemas formativos flexíveis onde o aluno deve escolher qual deve ser a base de sua formação. Elas incorporam os

conceitos da administração de empresas que consideram mais a forma de funcionamento e organização do que as finalidades sociais da educação e a relevância do conhecimento e, conseqüentemente ampliam as influências das empresas na educação superior no tocante a formação profissional, produção de conhecimento e produção de bens e serviços acadêmicos.

O REUNI, implantado no governo Lula, se apresentou como a principal ação política de expansão das universidades públicas federais após um longo período de sucateamento, investindo parcialmente em infraestrutura, contratação de docentes e técnicos administrativos dentro de um rápido “surto” que chegou a ser chamado de “neodesenvolvimentista”.

Mas a expansão não seria concebida com um cheque em branco. Foram introduzidas metas de desempenho para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e, em contrapartida, foi oferecido um acréscimo de recursos orçamentários. Vimos que dentre as metas do REUNI, destacam-se: redução da evasão e elevação das taxas de conclusão para 90%; aumento do número de alunos por professor; ocupação de vagas ociosas e expansão de novas vagas; ampliação da mobilidade estudantil com vistas e internacionalização; revisão da estrutura acadêmica e diversificação das modalidades de graduação.

Evidencia-se que está em curso uma profunda reconfiguração da formação profissional e do trabalho docente realizado nas universidades federais brasileiras. Operacionalizada pela diversificação das modalidades da graduação e de itinerários formativos que criam as bases para a fragmentação e aligeiramento da formação atingindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Analisando a questão do REUNI na UTFPR, pode-se perceber que ela ocorreu praticamente na contramão das outras universidades, pois as obras de infraestrutura previstas foram realizadas, não ocasionando, dessa forma problemas com falta de estrutura. Porém, apesar da universidade ter cumprido, também, no que diz respeito a abertura de vagas pactuadas e, em alguns anos chegando a ofertar mais vagas do que o previsto, a demanda de alunos prevista para o REUNI ficou muito longe de ser atingida.

Apesar da precarização docente não ter se efetivado na UTFPR, pôde-se constatar que os esforços da universidade para esse fator foram no sentido de concretização e que não foi efetivada pelo número de alunos não ter sido atingido devido a desistências no decorrer do curso e em alguns por não ter preenchido as vagas disponibilizadas. Além disso, o caso da UTFPR é típico, pois a universidade oferece além dos cursos de graduação, cursos técnicos e tecnológicos, possuindo duas carreiras de professores. Pode-se perceber com isso que, como a universidade alterou seu foco para cursos de bacharelado e licenciatura, de certa forma os professores da carreira do ensino básico e tecnológico e que também atuam no ensino superior contrabalançam essa equação. Pois sem eles teríamos uma RAP próxima as metas gerais do REUNI de 15 alunos por professor.

### *Referências*

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; PINHEIRO, Helano Diógenes. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010.

ARAÚJO, Rhoberta Santana de. **A implantação do REUNI na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do câmpus universitário de Altamira**. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, UFPA, Belém, 2011.

BORGES, Maria Célia; AQUINO, Orlando Fernandez. Educação Superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: teoria e prática** – v. 22, n. 39, p. 117-138, jan/abr. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 04 mar. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais**. Brasília, agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 01/12/2014.

CHAVES, Vera Lucia Jacob; MENDES, Odete da Cruz. **REUNI - o contrato de gestão na reforma da educação superior pública**. <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/352.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/352.pdf)>. 2009. Acesso em: 04 mar. 2014.

DAGNINO, R. A anomalia da política de ciência e tecnologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 29, p. 45-55, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação Profissional e Desenvolvimento**. In. UNESCO. *Internacionl Handbook of Education for Changing World of Work*. Bom, Germany, UNIVOC, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 235 – 274, jan./abr. 2011.

GREGÓRIO, José Renato Bez de. **Política de pessoal docente no governo Lula: uma análise do reuni na UFF e seus desdobramentos**. 2011. 259 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, Centro de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

GUIMARÃES, André Rodrigues; MONTE, Emerson Duarte; FARIAS, Laurimar de Matos. **O trabalho docente na expansão da educação superior brasileira: entre o produtivismo acadêmico, a intensificação e a precarização do trabalho**. In: UNIVERSITAS/Br. *Expansão da Educação Superior e da Educação Profissional: tensões e desafios*. Natal, RN: Anais do XXII Seminário Nacional UNIVERSITAS/Br, p. 403-420, 2014.

LEHER, Roberto; LOPES, Alessandro. **Trabalho docente, carreira, autonomia universitária e mercantilização da educação**. In: MANCEBO, Deise; SILVA JR, João dos Reis (org). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas, SP: editora alínea, 2008.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 20, v. 1, p. 74- 80, 2007.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Revista Portuguesa de Educação**, n. 23, v.2, p. 73-91, 2010.

MINTO, Lalo. W. **A educação da “miséria” – particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. O recuo da teoria. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de (org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.151-167.

NOVAES, Henrique T. **Reatando um fio interrompido- a relação universidade-movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais: o caso da Universidade Federal de Goiás (UFG)**. 2000. 210 f. Tese - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira. **Os papéis sociais e a gestão das universidades federais no Brasil**. XXVI Simpósio da ANPAE. Comunicação oral. Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simpósio26/1comunicacoes/joaoFerreira-ComunicacaoOral-int.pdf>> Acesso em: 30 de setembro de 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do ensino superior: contexto, desafios e possibilidades. **Avaliação**, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes. Mudança na universidade pública diante da ausência concreta dos movimentos. In: RODRIGUES, F. C. ; NOVAES, H. T; BATISTA, E. L **Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital**. Vol II. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

UTFPR (2007a). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Plano de Reestruturação e Expansão da UTFPR**. Curitiba, dezembro, 2007.

UTFPR (UTFPR, 2012a), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Projeto pedagógico do curso de graduação em engenharia de computação** - Câmpus Pato Branco. UTFPR. 2012. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirgrad/cursos/coenc/curso>>. Acesso em: 21 de maio de 2014.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Relatório de gestão do exercício de 2007 - 2012**. <<http://www3.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/diretorias-de-gestao/diretoria-de-gestao-da-avaliacao-institucional/relatorios-de-gestao>>. Curitiba, 2007 - 2012.

## Notas

1 Mestre em Educação pela UNESP Campus Marília. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) (2004). Especialização em Fundamentos Filosóficos e Políticos da Educação pela Unioeste (2007). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Coordenação Pedagógica. Atualmente é Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Medianeira. Email: edevanirevizan@gmail.com

2 Graduação em Ciências Econômicas pela Unesp - Araraquara (2001) e mestrado (2005) e doutorado (2010) em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp. Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp Marília e professor do Programa de Pós Graduação em Educação. Membro dos grupos de Pesquisa Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC-São Paulo), Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI-Unicamp) e Organizações e Democracia (Unesp-Marília). Email: hetanov@yahoo.com.br

3 Para um balanço da função social da universidade pública, ver Novaes (2012). O estudo mostra que um dos impactos da contrarreforma da universidade é justamente o distanciamento em relação às demandas de ensino, pesquisa e extensão dos movimentos sociais. Houve um nítido fechamento dos poucos “poros” públicos: estrangulamento do ensino crítico, da pesquisa de interesse público e da extensão junto ao povo.

Recebido em: 27.02.2015

Publicado em: 31.12.2015